

Política de Privacidade



PORTOS DA MADEIRA

Your Safe Port

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A sua privacidade é importante para nós! A APRAM — Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A., doravante APRAM S.A., é uma entidade que no exercício das competências, assegura o regular funcionamento dos portos, terminais, cais e marinas da Região Autónoma da Madeira, nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária, bem como, as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias, no mesmo âmbito.

A APRAM S.A. respeita e valoriza a privacidade de todos os que interagem connosco e só recolheremos e utilizaremos dados pessoais das formas aqui descritas, e de uma forma que seja consistente com as nossas obrigações e os seus direitos ao abrigo da lei.

Por favor, leia atentamente esta Política de Privacidade e assegure-se de que a compreende.

Responsável pelo tratamento

A APRAM. S.A., enquanto Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais dos utilizadores do website apram.pt, elaborou e adotou a presente Política de Privacidade, na qual explica como são recolhidos e tratados os dados pessoais dos utilizadores.

Responsável pelo Tratamento:	APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A.
Número de Identificação de Pessoa Coletiva:	511137753
Sede:	Gare Marítima da Madeira, Pontinha, Porto do Funchal, Ilha da Madeira, 9004-518 Funchal
N.º Telefone:	(+351) 291 208 600
Email de Contacto:	portosdamadeira@apram.pt
Contacto EPD:	epd@apram.pt

Âmbito

Esta Política de Privacidade explica como utilizamos os seus dados pessoais: como são recolhidos, como são mantidos e como são tratados. Explica também os seus direitos ao abrigo da Legislação de Proteção de Dados.

O que são os dados pessoais

Os dados pessoais são definidos pelo RGPD e pela Lei n.º 58/2019, 8 de agosto (coletivamente, “a Legislação de Proteção de Dados”) como *“informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador”*.

Os dados pessoais são, em termos mais simples, qualquer informação a seu respeito que permita a sua identificação. Os dados pessoais abrangem informações óbvias tais como o seu nome e detalhes de contacto, mas também abrangem informações menos óbvias tais como dados de localização, coordenadas eletrónicas, e outros identificadores.

Recolha e Tratamento de dados pessoais

Os dados pessoais que recolhemos e tratamos dependem do contexto das suas interações com o *website* da APRAM.

O acesso e navegação do *website* poderá não implicar necessariamente a disponibilização de dados pessoais. No entanto, existem determinadas funcionalidades na página de internet e que implicam a disponibilização de dados pessoais.

No quadro seguinte descrevemos como utilizamos os seus dados pessoais e os respetivos fundamentos de licitude que nos permitem fazê-lo:

O que fazemos?	Que dados tratamos?	Fundamento de licitude
Pedidos de Contacto/Informação	Nome, E-mail, Telefone, País, Descrição do pedido, Documentos Anexados;	Consentimento do titular (artigo 6, n.º1, al. a) do RGPD)
Subscrição de Newsletter	Nome e E-mail;	Consentimento do titular (artigo 6, n.º1, al. a) do RGPD) ou; Interesses legítimos da APRAM (artigo 6.º, n.º 1, al. f) do RGPD)

Apenas utilizaremos os seus dados pessoais para as finalidades para os quais foram originalmente recolhidos. Caso a APRAM S.A. pretenda tratar os seus dados pessoais para finalidades distintas daquelas para as quais os dados foram inicialmente recolhidos, a APRAM S.A. irá validar se tal finalidade é compatível com a finalidade inicial do tratamento. Se a APRAM S.A. utilizar os seus dados pessoais para uma finalidade não relacionada, ou incompatível, com a(s) finalidade(s) para o(s) qual(is) foram originalmente recolhidos, informá-lo-emos e explicaremos o fundamento de licitude.

Em alguns casos, poderemos ser obrigados a recolher e tratar os seus dados, nomeadamente para efeitos de investigação, notificação e deteção de crime, bem como, para cumprir com a legislação aplicável.

Conservação dos dados

No que respeita aos prazos de conservação, informamos que iremos conservar os dados recolhidos apenas pelo período necessário e razoável no âmbito da(s) finalidade(s) para os quais os recolhemos, findo o qual serão devidamente eliminados.

Não conservaremos os seus dados pessoais por mais tempo do que o necessário à luz do(s) motivo(s) pelo qual foram recolhidos pela primeira vez.

Quando a atividade de tratamento tiver por base o consentimento, conservaremos os dados pelo prazo estipulado para o efeito. Fim do qual, os dados serão eliminados ou, por outro lado, iremos recolher um novo consentimento.

Armazenamento e transferência de dados pessoais

Os dados são armazenados em vários locais diferentes, incluindo no nos sistemas da APRAM S.A. e noutros sistemas informáticos (incluindo o sistema de correio eletrónico).

Armazenaremos apenas os seus dados pessoais no EEE. O EEE é constituído por todos os Estados Membros da UE, mais a Noruega, Islândia e Liechtenstein. Isto significa que os seus dados pessoais serão totalmente protegidos ao abrigo do RGPD e/ou de normas equivalentes por lei.

A segurança dos seus dados pessoais é essencial para nós, e para proteger os seus dados, tomamos uma série de medidas importantes, incluindo as seguintes:

- limitar o acesso aos seus dados pessoais a trabalhadores [, prestadores de serviços, e outros terceiros] com uma necessidade legítima de conhecer e assegurar que estão sujeitos a deveres de confidencialidade;
- procedimentos para lidar com violações de dados (a destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso aos seus dados pessoais), incluindo a sua notificação onde somos legalmente obrigados a fazê-lo.

Partilha de dados pessoais

Não partilharemos quaisquer dos seus dados pessoais com terceiros para quaisquer finalidades, com a exceção das seguintes situações:

- Quando necessário para o cumprimento de obrigações contratuais (p.e. para a prestação de determinados serviços, a nível de manutenção, apoio técnico, alojamento do website, podendo estes ter acesso a alguns dos dados pessoais, nomeadamente, os dados necessários para os fins contratualizados);
- Quando necessário para o cumprimento de obrigações legais (p.e. investigações, inquéritos e processos judiciais e/ou administrativos ou de natureza semelhante, desde que para tal seja devidamente ordenada por ordem judicial nesse sentido);
- Quando tivermos obtido o seu consentimento para o efeito.

Segurança dos dados pessoais

Com intuito de proteger os seus dados pessoais do acesso, uso ou divulgação não autorizados, ilícito, perda acidental ou destruição, utilizamos um conjunto de tecnologias e procedimentos de segurança considerados adequados.

Os direitos dos titulares dos dados

Ao abrigo da Legislação de Proteção de Dados, poderá solicitar o exercício dos seguintes direitos junto da APRAM S.A.:

- **Direito à informação:** o direito a ser informado sobre a recolha e utilização dos seus dados pessoais.
- **Direito de Acesso:** o direito de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais.
- **Direito de retificação:** o direito a que os seus dados pessoais sejam retificados se algum dos seus dados pessoais na nossa posse for inexato ou incompleto.
- **Direito ao apagamento:** o direito de pedir a eliminação dos seus dados pessoais que tenhamos na nossa posse, considerando as limitações legalmente estabelecidas.
- **Direito à limitação** do tratamento dos seus dados pessoais.
- **Direito de oposição:** o direito de se opor à utilização dos seus dados pessoais para uma determinada finalidade ou finalidades.
- **O direito de retirar o consentimento:** Isto significa que, se confiarmos no seu consentimento como fundamento de licitude para a utilização dos seus dados pessoais, é livre de retirar esse consentimento em qualquer altura.
- **O direito à portabilidade dos dados:** Isto significa que, se nos tiver fornecido dados pessoais diretamente, e estamos a tratá-los, por meios automatizados, com o seu consentimento ou para a execução de um contrato, pode solicitar-nos uma cópia desses dados pessoais para reutilizar com outro serviço.

É importante que os seus dados pessoais sejam mantidos exatos e atualizados. Se algum dos dados pessoais que temos sobre si sofrer alterações, por favor mantenha-nos informados enquanto tivermos esses dados.

Para facilitar o processo de exercício de direitos, contactar Encarregado Proteção de Dados, através do correio eletrónico: epd@apram.pt.

Se tiver alguma queixa sobre a nossa utilização dos seus dados pessoais, tem o direito de apresentar uma queixa junto da Autoridade de Controlo – CNPD – a partir de <https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/>. Mais informações sobre os seus direitos podem também ser obtidas junto da Autoridade de Controlo – Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).

Websites de Terceiros

O nosso website pode conter ligações para websites de terceiros, os quais poderão recolher e tratar os seus dados pessoais para finalidades próprias. O tratamento de dados pessoais realizado pelos proprietários destes websites é da exclusiva responsabilidade dos mesmos, não tendo a APRAM, S.A., qualquer controlo sobre as suas práticas e políticas.

Como entrar em contacto

Caso queira obter mais informação ou esclarecimentos relacionados com a presente Política de Privacidade e/ou com o Tratamento dos seus Dados Pessoais, poderá contactar-nos da seguinte forma:

Responsável pelo tratamento:

- Endereço de correio eletrónico: portosdamadeira@apram.pt
- Número de telefone: (+351) 291 208 600
- Endereço postal: Gare Marítima da Madeira, Pontinha, Porto do Funchal, Ilha da Madeira, 9004-518 Funchal

Encarregado de Proteção de dados:

- Endereço de correio eletrónico: epd@apram.pt
- Endereço postal: Gare Marítima da Madeira, Pontinha, Porto do Funchal, Ilha da Madeira, 9004-518 Funchal

Alterações à Política de Privacidade

A APRAM S.A. reserva-se no direito de alterar esta Política de Privacidade, a qualquer momento.

Quaisquer alterações serão imediatamente publicadas no website. Assim, recomendamos que consulte esta página regularmente para se manter atualizado.

Última Versão

Esta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em 20 de novembro, de 2023.

A. GLOSSÁRIO

Consentimento	Manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento.
Dados especiais	Dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa.
Dados pessoais	Informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.
Dados relativos à saúde	Dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde
Definição de perfis	Qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista em utilizar esses dados pessoais para avaliar certos aspetos pessoais de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspetos relacionados com o seu desempenho profissional, a sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações.
Destinatário	Uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que recebem comunicações de dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro. Contudo, as autoridades públicas que possam receber dados pessoais no âmbito de inquéritos específicos nos termos do direito da União ou dos Estados-Membros não são consideradas destinatários; o tratamento desses dados

	<p>por essas autoridades públicas deve cumprir as regras de proteção de dados aplicáveis em função das finalidades do tratamento.</p>
Direito ao apagamento de dados	<p>Direito do titular dos dados, dependendo do contexto, de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada.</p>
Direito de acesso	<p>Direito do titular dos dados em obter do responsável pelo tratamento a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e informações o tratamento.</p>
Direito de retificação	<p>Direito do titular dos dados em obter, sem demora injustificada, do responsável pelo tratamento a retificação dos dados pessoais inexatos que lhe digam respeito.</p>
Encarregado de proteção de dados	<p>Um especialista em privacidade de dados que trabalha de forma independente para garantir que uma entidade se encontra a cumprir com as políticas e procedimentos estabelecidos no RGPD.</p>
Limitação do tratamento	<p>A inserção de uma marca nos dados pessoais conservados com o objetivo de limitar o seu tratamento no futuro.</p>
Portabilidade de dados	<p>Direito do titular dos dados em receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir.</p>
Privacidade desde a conceção	<p>O responsável pelo tratamento aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento, como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas adequadas, como a pseudonimização, destinadas a aplicar com eficácia os princípios da proteção de dados, tais como a minimização, e a incluir as garantias necessárias no tratamento, de uma forma que este cumpra os requisitos do presente regulamento e proteja os direitos dos titulares dos dados.</p>
Pseudonimização	<p>Tratamento de dados pessoais que possibilita a identificação de um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares, desde que essas informações suplementares sejam mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e</p>

	<p>organizativas, de modo a assegurar que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável.</p>
Responsável pelo tratamento	<p>A pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.</p>
Subcontratante	<p>Uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.</p>
Terceiro	<p>A pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais.</p>
Titular dos dados	<p>Pessoa singular cujos dados pessoais são tratados por um responsável ou subcontratante.</p>
Tratamento	<p>Uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.</p>